

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI: UNIVERSIDADE DE COIMBRA E UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Célio Juvenal Costa¹
Sezinando Luiz Menezes²
Luciana de Araújo Nascimento³
Cintia Mara Bogo Bortolossi⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões relacionadas ao papel social e educativo que duas instituições portuguesas desempenharam no século XVI, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Évora. A presente temática está relacionada à história da educação, à medida em que se objetiva perceber quais eram as necessidades de formação intelectual presentes na sociedade portuguesa que ficaram registradas nas fontes utilizadas para esta exposição. Percebemos que essas duas instituições estiveram, naquele momento histórico, a serviço do Estado lusitano no sentido de preparar os profissionais que atuariam tanto no campo civil e como no eclesiástico em todo o Império português, inclusive no Brasil. Assim, acreditamos que compreender a vida social e educativa das duas instituições colabora no entendimento das origens da história da educação brasileira, já que foram aquelas instituições os centros de formação dos quadros culturais, religiosos e científicos do Império lusitano.

Palavras-chave: História da Educação; Império Português; Século XVI; Universidade de Coimbra; Universidade de Évora.

EDUCATIONAL INSTITUTIONS IN PORTUGAL IN THE SECOND HALF OF THE SIXTEENTH CENTURY: UNIVERSITY OF COIMBRA AND ÉVORA UNIVERSITY**ABSTRACT**

This paper aims to discuss some thoughts related to social and educational role that two Portuguese institutions played in the sixteenth century, the University of Coimbra and Évora University. This issue is related to the history of education in realizing that objective what were the needs of this intellectual formation in Portuguese society that were recorded in the sources used for this exhibition. We realize that these two institutions were, at this historical moment, the service of the State lusitano to prepare professionals who would work both in the civil and ecclesiastical throughout the Portuguese Empire, including Brazil. Thus, we believe that understanding the social and educational life of these institutions contributes to the understanding of the origins of the history of Brazilian education, since that institutions were the centers of training for cultural, religious and scientific Empire's Lusitano.

Keywords: History of Education; Empire Portuguese; Sixteenth Century; University of Coimbra; University of Évora.

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre algumas reflexões relacionadas ao papel social e educativo que duas instituições portuguesas desempenharam no século XVI. Mediante análise documental e historiográfica pudemos perceber que a Universidade de Coimbra e a Universidade de Évora tornaram-se, nesse período histórico, as instituições do Estado cuja principal tarefa estava relacionada a formação dos quadros profissionais do Império lusitano, seja para o campo eclesiástico ou civil.

Ao nos propormos a abordar tal temática é importante apresentar qual é a nossa compreensão acerca desse momento histórico e, com ele, nosso objeto de investigação. Por considerarmos, assim como Paiva (2012, p. 23), que a História enquanto passado não existe, pois o “passado já não se tem: o próprio termo o diz. [...] Fazer História é interpretar, isto é, dar significado”, procuramos neste artigo expor nossas interpretações sobre algumas fontes documentais que podem colaborar na compreensão da forma como aqueles homens do século XVI produziram sua experiência social e histórica.

Nas possessões portuguesas, no caso a colônia brasileira, a conversão dos povos que aqui viviam e a direção de algumas funções relacionadas ao governo administrativo da Colônia foram produzidas também pela ação de muitos missionários jesuítas e bacharéis formados, não somente nos colégios que aqui existiam⁵, mas também nas faculdades da Universidade de Coimbra e de Évora. O papel desenvolvido por essas instituições no século XVI só pode ser compreendido se levarmos em conta não somente o contexto histórico do período, como também as problemáticas da sociedade e cultura portuguesa desse momento. Dessa forma, consideramos pertinentes os estudos sobre as instituições educacionais lusitanas, no caso a Universidade de Coimbra e Universidade de Évora, por serem elas as formadoras dos primeiros missionários e dirigentes reais que atuaram na origem da sociedade e educação brasileira.

Neste âmbito, o objetivo central deste artigo se fundamenta no proposto por Marc Bloch (2001), ao afirmar que o objeto da história são os homens no tempo. Para o referido historiador devemos considerar que os agentes construtores de tudo o que diga respeito à história da humanidade foi produzido pelos homens. Por isso, o objeto final de qualquer pesquisa histórica, independentemente do tema ou período, são os homens nos seus respectivos contexto espacial e temporal. Quando nos propomos a discorrer sobre essas duas instituições no contexto do século XVI, buscamos entender não apenas as instituições em si, mas sim as problemáticas vivenciadas por aqueles homens, que demandaram as diversas ações registradas nas fontes utilizadas.

Em nossa análise com as fontes, buscamos nos posicionar, pensar e agir metodologicamente como historiadores da educação, dialogando com as fontes e com outros historiadores, fundamentando-se em alguns pressupostos da Escola de Annales, que abriu oportunidade de novos horizontes à pesquisa. Estudar as instituições educacionais desse período se deve a esta abertura. É importante lembrar que as problematizações presentes neste texto procuram também apresentar essas instituições inseridas dentro de uma história global.

Sobre a terceira geração da Escola dos Annales, representada pelos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, em que se rejeita a História apenas narrativa, valorizando os documentos oficiais, Cardoso (2011, p. 22) discorre que alguns aspectos da Nova História vieram para ficar, entre eles, a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa.

Outro autor que sugere que o historiador precisa se atentar ao não se limitar a uma História apenas narrativa é Peter Burke. Para ele é preciso o cuidado de discutir algo de forma densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos, mas

também com as estruturas - instituições, modos de pensar, entre outros (BURKE, 1992, p. 339).

Desta forma, ao realizarmos nossas interpretações não deixamos de visualizar nosso objeto dentro de uma totalidade histórica. Com base em documentos dessas instituições procuramos compreender as problemáticas presentes na forma de vida daqueles homens do século XVI, a fim de refletir sobre esses dois estabelecimentos educativos que de forma direta e indireta se relaciona com a história da cultura e educação brasileiras.

Além disso, outra questão importante é apresentarmos a delimitação temporal na qual o conteúdo deste artigo está restrito. No que se refere à Universidade de Coimbra nossa intenção é apresentar ao leitor uma concepção da reforma do Estudo (1537-1559) a fim de que se tornasse a instituição formadora dos quadros profissionais do Império. No tocante a Universidade de Évora nosso objetivo é demonstrar o que motivou a edificação desta instituição (1559), a qual teve grande importância para a história da educação lusitana.

Universidade de Coimbra e a reforma institucional do século XVI

Em pesquisas anteriores tivemos a oportunidade de investigar a Universidade de Coimbra desde o momento de sua fundação, século XIII, até a reforma institucional que ocorreu no século XVI, reinado de D. João III (1521-1557)⁶. Por meio dessas pesquisas pudemos perceber que a constituição histórica dessa instituição está profundamente relacionada ao contexto histórico não apenas do reino lusitano, mas também as conjunturas históricas da décima terceira a décima sexta centúria.

Se nos atentarmos a alguns documentos relativos a Universidade de Coimbra até meados do século XVI poderemos perceber que foi nesse momento que o Estudo sofreu uma profunda reforma que objetiva tornar a Universidade a instituição forte do Império, na formação dos seus quadros profissionais, já que até esse momento ela era a única universidade do reino.

A luz da documentação existente sobre esse tema podemos verificar que desde o período de sua fundação, 1290, até meados do século XVI, a Universidade portuguesa teve um papel quase anônimo na história das universidades e até mesmo na história da educação do reino. De outra forma não podemos entender o que é exposto por diversos historiadores que abordam esse tema e pelo próprio monarca, D. João III, em 17 de novembro de 1543, quando escreveu ao seu embaixador em Roma, Baltazar de Farias, sobre os argumentos que deveria utilizar perante o Papa a fim de obter a anexação das rendas do priorado-mor do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra para a Universidade. Para além de tal importante solicitação podemos constatar como se encontrava a Universidade até a reforma empreendida nesse momento:

[...] E, como sabeis, a dita Universidade é causa muito necessária e muito proveitosa a estes meus reinos e senhorios pelo defeito que até agora houve de letrados, maiormente os eclesiásticos; e a dita Universidade não se pode sustentar sem ter renda: pelo o que peço a Sua Santidade que queira anexar os direitos e rendas do dito priorado mor de Santa Cruz à dita Universidade, como largamente vereis pela instrução que sobre isso vos envio. Vos falareis a Sua Santidade tanto que a esta for dada, por que é perigo na tardança, lhe dareis do assim vos escrevo, e muito afincadamente lhe pedireis de minha parte por serviço de Deus e bem da republica assim eclessiastica como secular, destes reinos, queira conceder a dita anexação e união como

por minha parte se lhe pede [...]” (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol. II, p. 150, grifo nosso)⁷.

Nessa carta fica explicitada toda a problemática que envolve os objetivos da Coroa relacionados à solicitação de anexação das rendas do Mosteiro a Universidade de Coimbra. D. João III afirma que suas ações estão relacionadas à defasagem na formação de letrados que, mediante o desempenho de suas funções no reino, colaboravam para o seu governo. Essa falha na formação de letrados é relatada pelo monarca especialmente no tocante aos eclesiásticos. A afirmação do rei pode ser relacionada aos diversos investimentos realizados no início do seu governo na concessão de bolsas de estudos aos centros de ensino teológico, em colégios e universidades francesas e espanholas⁸.

No tocante a reforma institucional planejada a longo prazo pela Coroa portuguesa podemos situar temporalmente esse fato entre os anos de 1523 a 1559. Durante esse período constatamos diversas iniciativas do poder real lusitano no sentido de reforma a Universidade do Império.

Além da delimitação temporal, mediante análise dos documentos respeitantes a Universidade no século XVI, podemos também delimitar espacialmente esse acontecimento entre as cidades de Lisboa e Coimbra. Entre os anos de 1523 a 1536, a Universidade estava localizada na cidade de Lisboa e sofreu as primeiras ações reformistas. Entre os anos de 1536 a 1559, com a Universidade já na cidade de Coimbra, houve a execução e efetivação da reforma joanina.

Em razão das limitações deste texto nossa análise se restringirá ao segundo momento, entre 1536 a 1559, quando compreendemos que houve a execução e efetivação da reforma institucional da Universidade de Coimbra. Para uma melhor exposição do que aqui será tratado dividimos as nossas interpretações sobre esse fato em três itens, quais sejam: reorganização administrativa; reorganização pedagógica e reorganização financeira.

Compreendemos que a reforma ocorrida seja no campo administrativo, pedagógico ou financeiro, está relacionada às intenções da Coroa em fazer da Universidade de Coimbra o centro de referência na formação de letrados do Império. Nesse sentido, ao pensarmos a Universidade enquanto instituição social cujo principal objetivo é o ensino das “sciencias necessárias pera bom governo, e conservação da Republica Cristã”⁹, compreendemos que todas as atividades relativas à administração institucional dizem respeito à sua finalidade essencial, que é o ensino.

No que se refere a reorganização administrativa, percebemos que as ações da Coroa perpassaram tanto a organização institucional do Estudo, como a organização da cidade de Coimbra, a fim de que este local se tornasse propício ao desempenho das atividades acadêmicas. Nesse âmbito, constatamos diversos alvarás, cartas e ordens régias que versavam de diferentes assuntos tanto no que se refere ao espaço citadino como interno da Universidade. Para exemplificar essas duas situações apresentamos duas cartas sobre esses temas:

[...] Bispo Reitor Amigo, eu sou informado que alguns dos conselhos dessa Universidade quando para ele são chamados deixam de ir ao conselho e são nisso [...] negligentes não tendo causa justa para se escusarem de ir o que para mim é por mal feito e vos encomendo e mando que provejas nisso com aquele rigor e maneira que bem parecer [...] além disso escreva-me os que assim não cumprirem e nisso forem negligentes para sobre ele prover como houver por meu serviço.

Assim mando que nenhum estudante de qualquer qualidade que seja que não for doutor ou licenciado se assente nos lugares altos em que os doutores e desembargadores da Universidade se assentam [...]

E por que sou informado que alguns lentes da dita Universidade procuram e vão as audiências sendo lhes proibidos assim pelos Estatutos como por meus regimentos vos informareis disso e me escrevais quais são, os que fazem e em que maneira, para nisso prouver como houver por bem. (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol.II, p. 89).

Para além de todas as questões da vida da Universidade tratadas nessa carta, chamamos a atenção para as determinações reais a respeito dos assuntos expostos. Observamos que em todos indica-se ao reitor o que deve ser feito para que se resolva determinada situação. Em outras palavras, mediante as diretrizes da Coroa o Estudo de Coimbra foi reorganizado administrativamente. Semelhante a essa carta, existem diversos outros documentos em que podemos constatar como a Universidade deveria ser organizada e dirigida.

No que se refere a organização do espaço citadino temos o seguinte:

Juiz vereadores e homens bons da minha cidade de Coimbra eu el Rey vos envio muito saudar. Por eu saber que os estudantes que vão aos Estudos dessa cidade não são bem providos assim de pousadas como de carnes e pescados e doutros mantimentos e parece que ao adiante serão mais carecidos das ditas coisas pelos muitos escolares que cada dia vão sem a isto se dar remédio quis dar forma e ordem. Como fossem providos das ditas pousadas e mantimentos segundo veres por uma minha provisão e regimento que sobre as ditas coisas passei a o bispo de Angra. Que ora envio por Reitor dos ditos Estudos vos mostrara. Encomendo e mando os que a cumprais no que a vos tocar como nela é contido e lhe de toda a ajuda e aviamento necessário para a dita provisão compra e se dar a execução por que cumpra assim a serviço de Deus e meu e honra e proveito dessa cidade [...] (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1937, vol. I, p. 54 e 55).

O rei escreve à Câmara de Coimbra com a intenção de organizar a provisão aos membros da Universidade, de bens alimentícios e casas, já que muitos escolares chegavam à cidade para iniciar os estudos. Além disso, é importante nos atentarmos para a justificativa do monarca acerca da necessidade de por “forma e ordem” sobre as casas e alimentos para serem providos ao Estudo, pois o cumprimento e a execução do alvará estavam de acordo com o serviço, primeiro de Deus, depois do rei e honra da cidade.

Logo após a transferência para a cidade de Coimbra, constatamos a existência de diversas cartas e alvarás enviados à Universidade acerca do ensino, exames, graus e organização do regimento interno de algumas faculdades. Percebemos que as ações da Coroa nesse sentido foram planejadas e replanejadas em conformidade com as problemáticas que envolviam esses processos. Essas ações da Coroa são interpretadas, por nós, como parte da reorganização pedagógica da Universidade.

Também percebemos que muitas das ações que foram no início definidas, depois reformuladas, passaram a fazer parte dos Estatutos de 1559, como encontramos na introdução de D. Sebastião (1557-1578), neto de D. João III, nos Estatutos da Universidade de Coimbra (1559), publicados por Leite (1963):

Dom Sebastião, pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arabia, Persia e India etc. Faço saber a vós Reitor, lentes, deputado, conselheiros, oficiais e estudantes da Universidade da cidade de Coimbra [...] que [...] **havia algumas coisas que, pela experiência que se teve do uso deles na dita Universidade, convinha serem mudados e outras declaradas e algumas diminuídas ou acrescentadas; e sendo os ditos Estatutos vistos pelo Reitor e pessoas da dita Universidade, enviarão a Sua Alteza para os tornar a ver e mandar sobre isso o que ouvesse por seu serviço e bem da dita Universidade, e antes de acabar de tomar conclusão nos ditos Estatutos foi Nosso Senhor servido de o levar pera si.** Pelo que, vendo eu quanta obrigação tinha de prosseguir essa obra por ser de tanto serviço de Nosso Senhor e bem de meus reinos e senhorios, e assim por ser autor principiator dela pelo dito senhor meu Rei meu avô mandei que se contiuisse; [...] (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1559), in: LEITE, 1963, p. 10, grifo nosso).

Como fica explícito no trecho destacado, a outorgação dos Estatutos de 1559 está relacionada à necessidade de rever as leis que regiam internamente a instituição. Tais leis, que já faziam parte da constituição da Universidade, em razão das experiências no tempo tiveram a necessidade de serem readequadas segundo as circunstâncias do Estudo inserido na sociedade portuguesa dos meados do século XVI. Essas leis que faziam parte dos Estatutos podem também serem compreendidas como a efetivação oficial da reforma da Universidade de Coimbra no reinado de D. João III.

As diretrizes emanadas da Coroa atingiram de diferentes formas os mais diversos setores que constituíam o setor pedagógico seja no ensino, professores, alunos, faculdades, graus e exames e objetivavam naquele contexto fazer com que a Universidade funcionasse a serviço da renascença católica e do Império lusitano no ultramar, em outras palavras a reorganização pedagógica ocorrida no momento de reforma institucional tinha o objetivo de adequar a formação acadêmica da Universidade às transformações que se processavam no Império português.

Como procuramos apresentar nos parágrafos precedentes, a Universidade transferida da cidade de Lisboa sofreu uma profunda e paulatina reorganização nos diversos setores que a constituem. Além das diretrizes emanadas da Coroa relativas à reorganização administrativa, tanto internamente quanto com o meio cidadão que a cercava, o Estudo também sofreu diversas modificações pedagógicas que objetivavam readequar a formação propiciada pela instituição as modificações ocorridas na sociedade portuguesa. Percebemos que esse mesmo processo de reorganização também foi o carro-chefe das ações da Coroa no que se refere ao setor financeiro da Universidade de Coimbra.

É esse objetivo que acreditamos estar presente nas diversas anexações de rendas das igrejas do reino a Universidade de Coimbra como podemos constatar no seguinte carta de D. João III de vinte e cinco de novembro de 1542:

Dom João pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve daquem e além mar em África, de Guine da conquista e navegação comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia **faço saber aos que esta minha carta vierem e o pertencimento do caso pertencer que havendo eu respeito ao serviço de Deus e meu a bem da República de meus reinos e senhorios que se segue de neles haver Estudos Gerais e como os ditos Estudos não podem ter mestres e lentes suficientes para ensinar e ler**

neles sem terem renda de que os ditos mestres e lentes hajam suficientes salários, pedi ao Santo padre Paulo III ora na Igreja de Deus presidente, que houvesse por bem de unir e anexar para sempre aos Estudos que novamente ordenei na cidade de Coimbra as igrejas do Salvador do Crucifixo de Bouça bispado do Porto e da Santa Maria de Fonte Arcada e Santa Maria da Sardoeira e de São Martinho de Mouros do bispado de Lamego com suas anexadas; e **Sua Santidade a minha instância houve por bem de anexar para sempre as ditas igrejas ao dito Estudo como dito é com tanto que eu desse meu consentimento sendo elas ou algumas delas de meu padroado, eu pelos ditos respeitos ou o meu consentimento e ei por boa e valiosa a dita união pela sua Santidade feita das ditas igrejas ao dito Estudo na forma e modo que na dita bula se contém. Quanto com direito devo e posso e enquanto a mim e a Coroa de meus reinos e padroado da ditas igrejas pertence e ei por bem que a dita união se cumpra e guarde e haja cumprimento feito para guarda e conservação dos ditos Estudos [...]. (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol. II, p. 108, grifo nosso).**

Nos trechos em destaque da carta, chamamos a atenção para as razões expostas pelo monarca para que ocorresse a anexação das rendas daquelas igrejas às finanças da Universidade. Como fica claro, o monarca justifica a incorporação dessas rendas pela necessidade de haver no reino uma Universidade com lentes competentes nas ciências daquela época. Esses mestres, cuja tarefa está relacionada à formação de letrados que auxiliassem na governança da sociedade, só podem desempenhar com satisfação sua tarefa se lhes forem concedidos “suficientes salários” para manter sua sobrevivência e competência acadêmica. Nesse sentido, o rei solicita ao Papa a anexação dessas igrejas à Universidade, igrejas essas que faziam parte, também, do Padroado Real. Com o consentimento pontifício, a Coroa repassa ao Estudo essas rendas com a declaração da ação ser “boa e valiosa” aos seus reinos.

Além dessa incorporação encontramos nos documentos analisados diversas outras cartas e alvarás que versam sobre essa temática, qual seja conceber à Universidade meios financeiros para o desempenho de sua função, qual seja, formar os letrados do Império que colaborariam mediante desempenho de suas funções com o governo da sociedade.

Com esta exposição gostaríamos de deixar o registro que a reforma institucional da Universidade só pode ser compreendida se também nos atentarmos para as problemáticas civis e religiosas presente na sociedade portuguesa nesse momento histórico. Embora de forma limitada, em razão da delimitação desse texto, objetivamos apresentar a Universidade de Coimbra enquanto instituição histórica constituída pelos homens, anseios e ideias presentes no século XVI português.

Fundação da Universidade de Évora

Outra instituição que está profundamente relacionada à história da educação portuguesa e, por conseguinte, com a história da educação brasileira é a Universidade de Évora, pois foi mediante a formação propiciada por ela que houve a formação de diversos missionários jesuítas que atuaram nas possessões do Império português. Nos estudos relacionados à história de Portugal no século XVI, portanto, se destaca na área da educação a edificação da Universidade de Évora, inaugurada oficialmente em novembro de 1559.

Importante salientar que sua edificação foi decorrente de um processo de mudanças em Portugal. Com a crise religiosa que espalhava pela Europa desde fins da Idade Média, tem-se o despertar de uma nova mentalidade, de pensamentos de renovação e reforma em

Portugal. Desta forma, conforme Dias (1998), a Igreja durante o século XVI enfrenta um período de reformulação em Portugal. Sentia-se a necessidade desta nova mentalidade na sociedade, e, para se alcançar tal objetivo, o estabelecimento de colégios universitários eram vistos como um meio de se combater o que se chamava de ignorância presente no clero e na sociedade como um todo.

A vida do Estudo de Évora, no século XVI, portanto, só pode ser compreendida, se levarmos em conta as ações desempenhada pelos missionários jesuítas logo que chegaram no reino lusitano. Isso porque, a Companhia de Jesus é fruto do contexto do século XVI, e a própria edificação da universidade evorense encontra-se inserida no mesmo. Assim, a Universidade de Évora está relacionada em um primeiro momento, à urgência que se tinha em combater a crise moral existente na esfera religiosa e na sociedade como um todo.

Aos poucos a Companhia de Jesus¹⁰ foi se adentrando em Portugal, conquistando a confiança da população em suas obras. Desta forma, a Ordem de Inácio de Loyola¹¹ cresceu consideravelmente, de tal forma que foi preciso abraçar institutos, casas e colégios nas três principais cidades de Portugal, que eram Lisboa, Coimbra e Évora. Nesses colégios os estudantes recebiam a formação e exerciam os ministérios da profissão.

Desta forma, apesar de não ser seu objetivo inicial, a Companhia de Jesus por meio de suas atividades educacionais – educação e instrução – preparavam toda a formação dos padres, uma vez que os mesmos percorriam diferentes territórios e povos. E, para conseguir alcançar sua missão, por meio da religião e das letras, era preciso uma preparação adequada.

A princípio, as casas dos jesuítas, ou seja, os colégios eram locais de residência para os jovens jesuítas em formação. Posteriormente, a decisão de alargar o ensino aos estudantes não religiosos contribuiu de maneira decisiva para o crescimento dos colégios da Companhia de Jesus. No início do ano de 1553, foram abertas as primeiras escolas públicas da Companhia de Jesus em Portugal. Com o Colégio de Santo Antão, em Lisboa, temos o início do ensino gratuito, “É a primeira vez que se propõe a ensinar a título gratuito nos Colégios da Companhia.” (SOUZA, 2003).

Segundo Rodrigues (1931), o primeiro colégio em Lisboa cresceu consideravelmente em número de estudantes e a sua fama e, conseqüentemente, da Companhia de Jesus, se espalharam em Portugal. Entretanto, o que mais despertava a admiração dos cidadãos de Lisboa era a transformação rápida e intensa na juventude, que demonstrava estar mais piedosa e cheia de bons costumes. Devido a este crescimento, foi havendo a necessidade de se aumentar o número de escolas, pois se isso não acontecesse, não seria possível admitir mais nenhum aluno no Colégio de Santo Antão.

Em Évora, antes mesmo do cardeal D. Henrique, irmão de D. João III (521-1557), receber de Portugal as instruções de Inácio, o mesmo já havia discutido com os padres da Companhia uma forma de se iniciar a empresa educacional em sua cidade. O colégio jesuíta em Évora foi inaugurado em 28 de agosto de 1553¹², dia dedicado ao doutor da Igreja S. Agostinho. Conforme Veloso (1949), o Colégio é inaugurado antes do término das obras e a Companhia de Jesus o assume antes da finalização. “Após oito meses do início das primeiras disciplinas, a fama do Colégio em Évora se espalhou a ponto de suas aulas serem frequentadas por mais de trezentos estudantes.” (VELOSO, 1949, p. 13). Desta forma, D. Henrique foi objetivando a ampliação do Instituto, desejoso de elevá-lo à categoria de Universidade.

Como descreve Rodrigues (1931), D. Henrique rogava ao Papa para que se concedesse a permissão de se instituir a Universidade eborense. As razões desta rogativa se encontram em carta escrita ao embaixador português D. Afonso de Lecastre aos dezanove do mês de fevereiro do ano de 1558:

Vendo eu, explicava ele, a muita falta que há nestes reinos, de teólogos e pessoas que possam ensinar a doutrina cristã e palavra de Deus ao povo, e assim os muitos benefícios curados que nele há, que muitas vezes não são providos de pessoas tão doutas e suficientes como é necessário e se requiere para o serviço de Nosso Senhor e salvação das almas [...] por suas pobrezaas, como por serem lugares tão remotos da dita Universidade, o que parece se podia remediar com se instituir e criar no meu colégio de Évora uma Universidadezinha em que somente se lessem línguas, artes, teologia e casos de consciência [...] vos agradecerei muito de minha parte o representardes a S. Santidade e lhe dizerdes quanto fruto e serviço a Nosso Senhor de pode com isso fazer , por a cidade de Évora estar em meio dos lugares mais remotos que em este reino há da Universidade de Coimbra. (*apud* RODRIGUES, 1931, p. 313)

O Papa Paulo IV, por meio da *Bula de Erecção da Universidade*, no ano de 1558, autoriza a criação da Universidade de Évora sob a direção e administração da Companhia de Jesus; e a *Bula Cum a Nobis*, de Abril de 1559, institui a nova Universidade.

Criada oficialmente em 1559 a instituição universitária de Évora, ligada à Companhia de Jesus, teve uma sólida importância na história da educação lusitana. De Coimbra e de Lisboa chegaram alguns religiosos, os quais dão origem à nova fundação, que passa a ser conhecida pelo nome de Colégio do Espírito Santo e Universidade de Évora.

Mediante pesquisa anterior¹³ pudemos constatar que na instituição se lecionava as mesmas ciências que se ensinava em Coimbra, com exceção de Medicina, do Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canônico. Também se conferia os mesmos graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor. Dessa forma, podemos perceber quais poderiam ter sido os objetivos da formação propiciada tanto pela Universidade de Évora como Coimbra. Ambas estavam a serviço do Estado na formação dos letrados do Império.

Conforme Cid (1997), a Universidade de Évora, desde o momento de sua fundação e ao longo do século XVI, recebeu ilustres visitantes. Percebe-se que tais momentos eram sempre rodeados de festas e comemorações grandiosas, com o objetivo de atingir toda a população. Nessas visitas, os jesuítas aproveitavam para divulgar o seu processo educativo e a competência de seus mestres e alunos.

Os professores da Universidade de Évora, em seu primeiro século de existência, eram jesuítas vindos de outra instituição e a maioria possuía grau de doutorado. Os mestres eborenses e seus discípulos deixaram importantes obras impressas e manuscritos sobre uma diversidade de tema. Entretanto, segundo José Vaz de Carvalho (1997), em seus trabalhos os mestres se preocupavam principalmente com questões sócio-jurídicas e pastorais. Em relação aos alunos, ainda segundo o autor citado, a Universidade tinha como objetivo inicial a adesão de estudantes de Portugal como também de outros países. Entretanto, com o tempo verificou-se que predominava alunos de localidade próxima, principalmente Alentejo e Algarve.

Na instituição jesuítica do século XVI, segundo Sousa (2003), o Reitor era a figura central do Colégio e da Universidade, mas, o braço direito na orientação pedagógica era o Prefeito de Estudos. No documento *Ratio Studiorum*¹⁴, temos descrito as obrigações do Prefeito de Estudos.

Dever do Prefeito. - Dever do Prefeito é ser o instrumento geral do Reitor, afim de, na medida da auto-ridade por ele concedida, organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, de tal arte que os que as frequentam,

façam o maior progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para a maior glória de Deus. (RATIO STUDIORUM, REGRAS DO PREFEITO DE ESTUDOS, Nº1)

A Companhia dedica-se à obra dos colégios e universidades, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderam. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios. (RATIO STUDIORUM, REGRAS DO REITOR, Nº1)

O Prefeito de Estudos, portanto, acompanhava toda a vida escolar, por meio de visitas regulares as aulas. Conforme Sousa (2003), o trabalho do Reitor e do Prefeito de Estudos eram vistos como essenciais, pois os mesmos eram instrumentos que poderiam contribuir para o êxito dos colégios da Companhia.

A Universidade de Évora obteve ao longo do século XVI, como também durante o século XVII, documentos de autorizações especiais em seu funcionamento. Os mesmos são a prova da força política da instituição jesuítica¹⁵. Podemos verificar trechos das bulas emitidas, por meio de Veloso (1949), que descreve algumas destas permissões especiais. Desta forma, em relação a privilégios à Universidade, Veloso (1949) nos diz que sob a provisão da rainha regente D. Catarina, em abril de 1562, é concedido à Universidade todas as isenções, graças e franquezas da Universidade de Coimbra. Sendo em 1573 confirmado por D. Sebastião o que já havia sido concedido e outorgando outras novas concessões.

Em 1568, por ordem do papa Pio V, a Universidade é desobrigada de toda a jurisdição ou dependência real e eclesiástica, inclusive dos próprios arcebispos de Évora, ficando sujeita apenas ao Padre Geral da Companhia de Jesus e a seus delegados. Segundo Veloso (1949), este privilégio foi solicitado por D. Henrique, do qual também se conseguiu mais poder para o reitor da Universidade.

E declaramos que o Rei de Portugal, na jurisdição, correção e visitação, em tudo e sobreticto e em cada uma das outras cousas pertencentes à mesma Universidade, não pode de modo algum intrometer-se com os Religiosos, Estudantes, Officiaes, Leitores, etc., da mesma Universidade, ou ter alguma superioridade, jurisdição, correção ou visitação, ou gosar do direito de os visitar ou corrigir (*apud* VELOSO, 1949, p. 42).

Podemos perceber, por meio das bulas publicadas, quão grande era a força exercida pela Companhia de Jesus em terras portuguesas. Observa-se que as referidas bulas serviram como respostas a algum conflito possivelmente existente em relação às regalias e privilégios da Universidade. As bulas não eram aceitas com passividade, sendo questionadas por pessoas que defendiam outros interesses.

A Universidade de Évora, em seus dois primeiros séculos de existência, contribuiu fortemente para a cultura portuguesa. Foi um grande centro em nível nacional, europeu e mundial. Desta forma, por meio do êxito da instituição, se beneficiou não somente a arquidiocese eborense, mas, sim, a sociedade portuguesa como um todo. Desde o momento da edificação da Universidade de Évora até a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, podemos perceber essa participação decisiva. A Instituição representa a força

social, política e educacional, que teve a Companhia de Jesus em terras portuguesas, já que após a sua fundação o reino português passou a contar com duas universidades.

O êxito que obteve a Universidade de Évora no primeiro século de existência coincide com o sucesso que teve a Companhia de Jesus em terras portuguesas. Desejava-se muito essa empresa em Évora visto que estava relacionada à formação de quadros profissionais do Império lusitano, tanto para o campo eclesiástico quanto para o civil.

Considerações finais

Podemos considerar que as duas instituições educativas trabalhadas aqui tiveram, no século XVI, um significativo papel na formação dos quadros profissionais no Império lusitano, seja para atender as demandas do poder régio, seja para suprir as necessidades da igreja portuguesa. Procuramos apresentar neste texto que todos os fatos relativos aos dois estudos gerais lusitanos, reforma institucional da Universidade de Coimbra e fundação da Universidade de Évora, só podem ser compreendidos se também entendermos as problemáticas sociais e culturais daqueles homens no referido período.

Compreender o papel desenvolvido por essas duas instituições colabora nas reflexões que podemos fazer acerca não apenas da sociedade portuguesa desse momento, mas, também, das origens da cultura e educação brasileiras, já que houve a atuação direta e indireta de muitos padres jesuítas e outros dirigentes reais no período do Brasil Colônia. Desta forma, acreditamos que compreender a história da educação portuguesa, especialmente no que se refere a essas duas instituições que formaram os letrados do Império lusitano, é também compreender uma parte da origem da história da educação brasileira.

Referências

BLOCH, M. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BORTOLOSSI, Cintia. **A presença jesuítica em Portugal no processo de edificação da Universidade de Évora**. Monografia (Graduação Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Célio Juvenal Costa. Maringá, 2012.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARVALHO, J. V. de. A ação missionária da Universidade de Évora. In: **História da Universidade em Portugal**. Vol. I, tomo II. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1997.

CID, I. A fundação da Universidade de Évora. In: **História da Universidade em Portugal**. Vol. I, tomo II. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1997.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Corrente de sentimento religioso em Portugal** (séculos XVI a XVIII). Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

DOCUMENTOS DE D. JOÃO III. Volume I. Publicado por Mário Brandão. Coimbra, 1937.

DOCUMENTOS DE D. JOÃO III. Volume II. Publicado por Mário Brandão. Coimbra, 1938.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1559) com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1963.

FONSECA, F. T. Universidade de Coimbra. IN: HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL (1537-1771). Vol. I, Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra e Calouste Gulbenkian, 1997.

NASCIMENTO, L. de A. **Universidade de Coimbra (1290-1559):** origens; transferências; percalços; reformas e consolidação. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Célio Juvenal Costa. Maringá, 2012.

PAIVA, J. M. **Religiosidade e cultura brasileira:** séculos XVI-XVII. Maringá: Eduem, 2012.

RODRIGUES, F. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal.** Vol. II, tomo I. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas.** Rio de Janeiro: Agir, 1952

SOUSA, J. M. **Os jesuítas e a Ratio Studiorum:** as raízes da formação de professores na Madeira. Isenha, 2003. Disponível em <<http://www3.uma.pt/jesussousa/Publicacoes/31OsJesuitaseaRatioStudiorum.PDF>> Acesso em 12.12.2012

TEGÃO, A. W. **Os inícios do ensino superior no Brasil: a formação do professor no século XVI.** Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba, SP. 2008.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

VELOSO, J. M. Q. **A Universidade de Évora** - elementos para sua história. Lisboa, 1949.

Notas

¹ Docente da Universidade Estadual de Maringá: dos cursos de Pedagogia nas modalidades presencial e à distância, e do mestrado e doutorado em Educação. É coordenador adjunto do curso de graduação em Pedagogia a Distância. celio_costa@terra.com.br

² Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

³ Doutoranda em educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM

⁴ Mestranda em educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM

⁵ “No Brasil, então Província da Companhia de Jesus, desde 1555, já havia no século do *Quinhentos* três colégios constituídos no sentido técnico do termo: o de Salvador, na Bahia, o de Olinda, em Pernambuco, e o do Rio de Janeiro. [...]” (TEGÃO, 2008, p. 12). Entretanto, foi somente no ano de 1575 que se têm notícias da concessão de graus por esses colégios que ofereciam a faculdade de Artes e Teologia. Anísio Teixeira (1989, p.76) fornece algumas informações acerca dos graus propiciados pelos colégios fundados no Brasil nesse período: “A distribuição de graus acadêmicos se inicia em 1575, com o grau de bacharel em artes, conferido em festa que mobilizou toda a cidade da Bahia, registrando o padre jesuíta redator da Carta Ânua que ‘ninguém tinha até ai subido no Brasil desde todos os séculos’. Vemos, assim, como havia consciência

do que representava a transplantação da cultura da época para os distantes rincões da América portuguesa. Em 1578, conferiam-se as primeiras láureas de mestre em artes.”

⁶ Conferir NASCIMENTO (2012)

⁷ Para facilitar a compreensão dos documentos transcritos aqui, fizemos uma atualização ortográfica da língua portuguesa.

⁸ Conferir em Nascimento (2012)

⁹ Fonseca (1997, p. 501).

¹⁰ Uma Ordem religiosa que tem início em Paris, em 1534, liderada por Inácio de Loyola, tendo sido oficializada em 1540 pelo papa Paulo III. A Companhia não é criada com fins para o ensino, mas sim, com um objetivo missionário de propagar a fé católica.

¹¹ Inácio de Loyola assume oficialmente a condução da Ordem em 22 de abril de 1541.

¹² As aulas se iniciam em 1553 com três classes de humanidades (ensino de grego e latim) e uma de Casos de Consciência (para formação de clérigos).

¹³ Conferir Bortolossi (2012).

¹⁴ Oficializado em 1599, trata-se de um documento pedagógico educacional, sendo resultado de um extenso processo de estudos ao longo do século XVI.

¹⁵ Na Universidade de Coimbra encontra-se disponível documentos históricos que discorrem sobre os privilégios obtidos pela Universidade de Évora em seus dois primeiros séculos de existência.

Recebido em agosto/13

Aprovado em março/14